

"Democracia vale redução do juro"

por Karene Witcher
do The Wall Street Journal

Um banqueiro internacional, indagado recentemente se a Argentina pode esperar termos mais favoráveis em juros do que os concedidos pelos financiadores ao Brasil e ao México, afirmou: "A democracia deve valer um quarto de 1%".

Embora proferida de forma jocosa, a observação do banqueiro reflete de muitas maneiras a tese que a Argentina está tentando transmitir: de que a nova democracia merece créditos mais vantajosos precisamente porque é uma nova democracia. Mas o governo do presidente Raúl Alfonsín espera que a democracia tenha valor bem superior a um quarto de 1% de juros.

Alfonsín está impelindo os problemas financeiros da Argentina para a arena política internacional. Ao tentar atrair os governos ocidentais, os governos latino-americanos e a opinião pública internacional para o lado da Argentina, ele espera pressionar os bancos a melhorar substancialmente os termos de pagamento.

Todas as negociações de dívida são de alguma forma políticas. Os Estados Unidos resgataram o México, por exemplo, porque os norte-americanos temem a instabilidade na fronteira. Mas Alfonsín levou a questão política um passo além ao transformá-la abertamente em sua estratégia de negociação.

RISCO AOS LUCROS

A abordagem argentina tem implicações para todas as negociações de dívida. Se Alfonsín tiver sucesso, outros devedores pedirão essas condições mais favoráveis. Isso reduziria sensivelmente os lucros bancários e talvez suscitaria dispendiosa ajuda governamental norte-americana aos bancos.

Se algum país vai conseguir sucesso com a estratégia política, será a Argentina. A democracia nascente é popular, interna e externamente; se os bancos norte-americanos adotarem a linha dura, sua imagem poderia ficar manchada. Além disso, os bancos teriam dificuldades em ameaçar sustar novos empréstimos; a Argentina é mais auto-suficiente em termos de energia e alimentos do que a maioria dos outros grandes devedores.

Como consequência, os bancos acreditam que a Ar-

gentina manterá sua posição dura. O presidente Alfonsín herdou um país ainda amargurado pela derrota nas ilhas Falklands pelos britânicos. "Agora precisam ganhar em algo", comentou uma autoridade brasileira.

A posse de Alfonsín em dezembro passado acabou com sete anos e meio de governo militar. Sob o regime dos generais, a dívida externa da Argentina cresceu para mais de US\$ 43 bilhões, de menos de US\$ 8 bilhões em 1975. Os salários reais caíram abaixo dos níveis de 1974 e a inflação continua a subir a ritmo veloz.

ESTRATÉGIA

Ainda não ficou claro como o governo de Alfonsín pretende resolver os assuntos problemas econômicos do país; um dirigente de um dos trezentos e poucos bancos credores da Argentina queixa-se de que os argentinos "têm um plano para ter um plano".

Mas, apesar de o presidente Alfonsín ainda não ter definido sua política econômica doméstica, está visando a um objetivo maior. A primeira vitória nessa estratégia ocorreu em 31 de março, quando quatro outros devedores latinos — México, Brasil, Venezuela e Colômbia — e o Tesouro norte-americano ajudaram a tirar a Argentina de apuros.

"Eles estão-se aproveitando de um problema político em seu país", afirma Miles Wortman, perito em assuntos latino-americanos da Multinational Strategies Inc., de Nova York, uma empresa de

consultoria de risco de país. Os argentinos, observa ele, "estão tentando forçar os outros governos a usar seus tesouros nacionais para resgatá-los".

Os argentinos explicam isso de forma um pouco diferente, mas não menos política. Afirmam que outros governos democráticos precisam ajudá-los em suas conversações sobre a dívida para que os bancos não pressionem demais a Argentina.

Pouco antes do anúncio da ajuda de emergência de outros países no mês de março, o ministro da Economia, Bernardo Grinspun, disse aos banqueiros que os argentinos "estão passando por uma situação extremamente difícil e necessitam da cooperação dos nossos parceiros financeiros. A democracia argentina precisa e pede isso".

As autoridades argentinas, por exemplo, dizem que os acordos com os bancos comerciais e com o FMI poderão precisar da aprovação do Congresso argentino. "É difícil dizer o que o novo Congresso... exigirá", comenta uma fonte do governo.

Com isso em mente, os argentinos sustentam que não podem aceitar um programa de austeridade em troca de créditos do FMI. E afirmam que precisam ter um acordo melhor dos bancos. O ministro Grinspun, entre outros, advertiu que as medidas de austeridade somadas a "muitos anos de declínio e estagnação" da economia provocariam turbulência social e política.

O ministro Grinspun ad-

vertiu também os banqueiros, em um discurso recente, de que a Argentina não pode continuar a destinar dois terços de sua receita anual de exportação e 8% do valor total de seus produtos e serviços para pagar juros sobre seus empréstimos bancários.

O governo militar anterior elaborou com os bancos um acordo para estender por sete anos cerca de US\$ 9 bilhões em pagamentos do principal, devidos em 1982 e 1983, com uma carência de três anos durante a qual somente os juros seriam pagos.

PLANO DE JOGO

As autoridades financeiras argentinas revelam que seu plano de jogo consiste em chegar a um acordo com o FMI em meados deste mês. Depois, apresentarão uma proposta de refinanciamento aos bancos, incluindo um pedido de novos recursos. Enquanto isso, o país solicitará ao Clube de Paris — grupo de governos credores — o refinanciamento de certas dívidas de governo a governo.

Embora Grinspun tenha fixado 30 de junho como a data limite para a conclusão das conversações de dívida, poucos banqueiros esperam que os argentinos contem com um programa do FMI e um programa bancário de ajuda prontos até aquela data. Em vez disso, afirmam, os bancos norte-americanos deverão enfrentar outra crise no fim do segundo trimestre quando a Argentina não puder pagar juros vencidos e os bancos terão de reduzir seus lucros trimestrais.